



Posto de Puericultura Susanne Jacob

A INFÂNCIA PARA A CRIANÇA

Filomena Santos
Gerente de Programas

...É, brincando se aprende a viver,
cantando para não esquecer que adulto também é criança.

É, brincando se aprende a crescer,
e o adulto não pode perder a doce magia da infância.

(Michael Sullivan e Dudu Falcão)

As concepções e formas de agir com a criança no âmbito familiar e nas políticas públicas voltadas para a infância vivem em contradições difíceis de serem rompidas e é esta a essência do que vamos nos reportar.

Entende-se a criança tanto como alguém dotado de competências e capacidades, como alguém em falta, incompleto, inacabado; discute-se a autonomia da criança, mas instrumentos de controle e de tutela são criados aleatoriamente, dependendo da “onda“ do momento. Sabe-se da necessidade de atenção que a criança pequena necessita, mas os pais, escondendo-se atrás do seu dever de provedores da família, abstém-se da convivência com os filhos. Diariamente fala-se do trabalho e da prostituição infantil e, vemos crescer, o número de crianças em absoluta pobreza e violência.

Os direitos da criança são discutidos, mas e as garantias? As crianças ainda são vistas como o futuro, mas e o seu presente? Que infância é esta que as crianças precisam?

Em qualquer classe social ou contexto a criança vive a infância possível. Ela está imersa na cultura e deveria participar ativamente dela. Muitas vezes a condição de ser criança exclui a

especificidade da infância, fazendo-a amadurecer antes do tempo. Temos pensado a infância sob vários enfoques e a Declaração dos Direitos da Criança, que foi aprovada pelas Nações Unidas, em 1989, tem sido o carro chefe para anúncio da boa nova e denúncia da situação em que se encontram as crianças nos mais diferentes contextos em que estão inseridas e, embora não tenha sido suficiente para garantir uma melhoria das condições de vida de muitas crianças, pela inconsistência das políticas para a infância, não se pode desconsiderar seu valor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em 1990 legitimou os direitos fundamentais e inalienáveis das crianças em três eixos: proteção, provisão e participação. Entendemos que todo conhecimento adquirido sobre a criança, e por tabela a infância também, permite sublimar a importância da brincadeira como um elo entre cada um destes três eixos.

Para Vygotsky (1991) “a brincadeira é uma grande fonte de desenvolvimento que, como foco de uma lente de aumento, contém todas as tendências do desenvolvimento de forma condensada“. Para o autor, “a brincadeira fornece ampla estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência. Pois, nas brincadeiras, as crianças ressignificam o que vivem e sentem”.

A brincadeira implica tomada de decisões, mesmo que simples, tais como quem vai ser mãe, quem vai ser filha, quem vai traçar o chão para determinada brincadeira... Decidir brincar é aceitar uma proposta, seja ela vinda de um parceiro, de uma brincadeira ou de um jogo com regras preestabelecidas.

Assim, a infância necessária e realmente assegurada para todos é a que além de casa, comida, carinho, saúde e educação, tenha também um tempo e um espaço de brincar garantidos.

Cabe-nos assegurar o desenvolvimento inicial da criança no mais amplo aspecto da palavra, romper este ciclo de descrédito e promover a infância realmente vivida.